



ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11458/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Evandro Miranda Cardoso (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3374/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas "b" e "c", todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, no montante R\$ **17.068,00** (dezessete mil e sessenta e oito reais), fundamentada no artigo 308, inciso I, alínea "a", da Resolução nº 04/2002 (RI/TCE/AM), por mês de competência, nos casos de inobservância de prazos legais, para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou



ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

documental, de balancetes mensais do exercício, conforme disposto na primeira impropriedade do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos ilegítimo/ antieconômico que resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso III da Lei nº 2.423/96 c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades discriminadas no item referente ao Alcance imputado, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

10.4. Considerar em Alcance o Sr. **Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 172.234,78**, (cento e setenta e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), nos termos do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996



ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

– LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com a devida comprovação nos autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

10.5. Determinar à ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite reincidir nas impropriedades relacionadas na Fundamentação do Relatório/Voto, corrigindo-as em futuras prestações de contas, quais sejam:

10.5.1. Atraso no envio dos balancetes mensais da Câmara Municipal, via e-Contas da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, que foram encaminhados à Corte de Contas fora do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991;

10.5.2. Atraso nos repasses do duodécimo devido ao legislativo municipal. Ausência de iniciativa do Chefe do Legislativo para exigir os valores devidos e/ou o cumprimento dos prazos. Da verificação dos documentos disponibilizados (extratos bancários) a Comissão constatou, da comparação dos documentos disponibilizados, durante a auditoria, repasses após o dia 20 de cada mês, representado 13,02% do montante repassado;

10.5.3. Expressivo volume de repasses a menor que o valor fixado na LOA, representado 5,21% do total devido (LOA). Constatou-se expressivo volume de repasses a MENOR que o valor fixado na LOA;

10.5.4. Terceirização irregular de serviços de Assessoria Contábil e Assessoria Jurídica para atividades inerentes às atividades finalísticas do órgão e/ou atinentes às atribuições típicas de cargos permanentes, em preliminar, denotando substituição de servidores. Possibilidade de impacto nos limites de despesas de pessoal;

10.5.5. Admissão de servidor exclusivamente comissionado, selecionado por amplo recrutamento, para desempenho das atribuições de “Controlador Interno” de cujas atividades



ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

desempenhadas referem-se às atividades finalísticas do órgão e/ou atinentes às atribuições típicas de cargos permanentes, em preliminar, denotando substituição de servidores, as quais deveriam ter sido efetuadas por meio de concurso público;

10.5.6. Nomeação de servidores para assunção de cargo comissionado e/ou designação para função de confiança de parentes de agentes políticos e de servidores da mesma pessoa jurídica investido no cargo de direção, chefia ou assessoramento;

10.5.7. Ausência de critérios definidos para assunção de Cargos de confiança. Inexistência de atribuições em lei e/ou atribuições genéricas, de natureza ordinária, em análise preliminar, não relacionados à direção, chefia e assessoramento, bem como ausência de comprovação dos requisitos de investidura dos ocupantes de cargos em comissão de Assessor Parlamentar;

10.5.8. A estrutura da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos concentra 55% de todo seu pessoal em servidores Comissionados selecionados por amplo recrutamento. Consta-se, em preliminar, a inobservância do Princípio da Proporcionalidade, o qual coíbe quaisquer tentativas de burlar a regra geral de admissão, ao se privilegiar outras formas de ingresso no serviço público se não pela via do instituto constitucional do Concurso Público (art. 37, II) e o da razoabilidade, posto que tais cargos se destinam exclusivamente, à atividades de direção, chefia e assessoramento, as quais, devem se restringir ao quantitativo mínimo necessário ao funcionamento vegetativo da Câmara Municipal;

10.5.9. Ausência de serviços qualificados na Comissão de licitação. Compulsando o ato de nomeação da Comissão de Licitação da Câmara de Boa Vista do Ramos, exercício 2018, e comparando com a Relação de Servidores Efetivos e de Comissionados, verificamos que não há pelo menos dois servidores qualificados do quadro permanente na Comissão de Licitação. Verificou-se que os servidores Raimunda Georgina da Silva Costa, Paulo Afonso da Silva e Silva e Marai Renilde Batany Dias, são efetivos e a servidora Gilmar Pimentel Koide possui vínculo comissionado, sendo que destes, não ficou demonstrado possuírem nível de escolaridade compatível com as tarefas da CML;

10.5.10. Recebimento de diárias concomitantemente a outra diária e ao recebimento por substituição do Chefe do Executivo pelo Vereador-Presidente, caracterizando ganho indevido de diárias;



ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5.11. Pagamento de Diárias a vereadores presente em Sessão Legislativa Ordinária. Ausência de afastamento da sede. Complementação de salário;

10.5.12. Pagamento de Diárias de forma mensal e ordinária. Valor médio mensal expressivo. Ausência de comprovação de interesse público nos deslocamentos. Valor recebido equivalente ao valor anual recebido a título de vencimentos (servidor). Complementação de salário;

10.5.13. Ausência de livro tombo atualizado. Ausência de criação de um setor e/ou designação de um servidor responsável pela guarda patrimonial devidamente criado/designado. Não foi apresentada, durante os trabalhos de campo, portaria e/ou ato de designação do servidor responsável pela guarda e conservação dos bens patrimoniais;

10.5.14. Ausência de registro dos bens móveis;

10.5.15. Locação de imóvel. Finalidade Pública não demonstrada. Ausência de comprovação de pesquisa de mercado;

10.5.16. Pagamento de Gratificações/Adicionais sem previsão em lei. Ausência de regulamentação de adicional/gratificação mediante normativo (lei). Ausência de critérios objetivos necessários ao pagamento (destinatário; base cálculo de incidência; valor máximo-e, mínimo; requisitos de identificação do valor a ser pago; metas de referência; aferição; Subjetividade do pagamento;

10.5.17. Pastas funcionais desatualizadas. Ausência de documentos (Declaração de bens. Declaração de parentesco. Declaração de Acumulação. Registros de férias). Da análise das fichas funcionais constatou-se que determinadas pastas faltavam documentos de identificação, declarações de parentesco e de acumulação de cargos públicos e declaração de bens desatualizadas e/ou inexistentes;

10.5.18. Da verificação dos demonstrativos contábeis constatou-se a inobservância da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que trata do percentual máximo de 10% do valor do Grupo de Contas para contas genéricas (Resolução CFC N.º 1.133/08 - Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis);



ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5.19. Da verificação dos demonstrativos contábeis constatou-se a inexistência da rubrica referente a depreciação acumulada existente no Balanço Patrimonial (Anexo 14). De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9, a “Depreciação” reduz o valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Conforme Balanço Patrimonial do exercício sob exame, verifica-se que a entidade não procedeu ao registro da depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes à Entidade;

10.5.20. Ausência de apresentação da documentação referente à aquisição de combustível. Não foram disponibilizados para análise e consulta, durante os trabalhos de campo, os processos licitatórios; os processos de pagamento; e os controles de gastos de combustível (conforme Termo de Inexistência de Documentos lavrado);

10.5.21. Pagamento de juros e multas de atraso da DCTF. De acordo com os registros das notas de empenho consultadas identificou-se montante com juros e encargos de mora decorrentes de atraso no pagamento, contrariando, em análise preliminar, o princípio da economicidade posto que os referidos pagamentos se revestem de gastos irregulares, desprovidos de caráter público, não abrangido pelo conceito de gasto próprio do órgão (art. 4º c/c art. 12, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64);

10.5.22. Ausência de controle de materiais de consumo. A comissão não identificou requisições de material que comprovem a distribuição e o consumo de bens de almoxarifado. Considerando a não apresentação de determinados documentos (conforme Termo de Inexistência de Documentos lavrado) restou prejudica a efetividade da análise dos referidos gastos bem como o interesse público envolvido;

10.5.23. Ausência de envio das remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente aos três quadrimestres de 2018 do RGF. Descumprimento do prazo de envio de remessas ao sistema eContas (GEFIS) referente aos três quadrimestres de 2018 do RGF, em desacordo ao prazo estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;

10.5.24. Ausência de publicação referente ao 1º, 2º e 3º quadrimestres/18 do Relatório de Gestão Fiscal, em ofensa aos arts. 48, 48-A e 55, § 1º, da LRF, conforme informado ao GEFIS (e-



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 7

ACÓRDÃO Nº824/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Contas) e ao portal da transparência;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral